



Os Guerra Leal na Capitania de Minas Gerais (1757-1788).

NARA MARIA DE PAULA TINOCO*

Introdução:

O presente artigo descreverá a inserção de alguns indivíduos, em específico, na Capitania de Minas Gerais, durante a segunda metade do século XVIII, a partir de trabalhos sobre Francisco de Sousa Guerra Araújo Godinho, objeto principal de nossas pesquisas, Ouvidor, em Sabará (1790-1800). Conforme, sua trajetória, em particular conseguimos levantar uma extensa parentela compondo nossa pesquisa, ao todo, de três gerações das respectivas famílias: os Aleixo e Godinho; os Guerra Leal e os Vieira. Neste tópico, descreveremos mais os espaços ocupados por Manuel da Guerra Leal Sousa e Castro, pai de Francisco da Sousa Guerra Araújo Godinho, mas também faremos algumas considerações sobre Francisco da Guerra Leal e Araújo e o capitão Manuel da Guerra Leal. Um capitão, um ouvidor e desembargador, e um advogado foram os primeiros componentes dos Guerra Leal que se estabeleceram nas Minas Gerais, durante o início da segunda metade do século XVIII. Sabemos que o Dr. Manuel da Guerra Leal Sousa e Castro, promissor advogado, em Mariana, e o seu irmão, o Dr. Francisco da Guerra Leal e Araújo, se instituíram em regiões próximas na capitania, ficando o Dr. Sousa e Castro na comarca de Vila Rica, realizando trabalhos particulares, e o Dr. Guerra Leal e Araújo na comarca do Serro Frio, devido à sua nomeação como ouvidor da região. Ambos, o Dr. Manuel e o Dr. Francisco da Guerra Leal, estabeleceram-se em duas partes diferentes na conquista do Brasil, pois, um se fixou na Capitania de Minas Gerais e constituiu família, enquanto, o Dr. Francisco continuou a progressão de sua carreira sendo nomeado, mais tarde, como desembargador da Relação do Rio de Janeiro e da Relação do Porto. A vida do Capitão Manuel da Guerra Leal, pai destes bacharéis, para Brasil, ocorre apenas duas décadas depois da vinda de seus filhos para o território, em 1776. São três indivíduos que demonstram várias relações sociais e processos, no âmbito local (as comarcas de Vila Rica e do Serro Frio), como intermediárias na colônia (o Tribunal da Relação) e no Reino (Relação do Porto). Possuímos poucos dados sobre o capitão Manuel da Guerra Leal,

* Licenciada em História- UFJF, Mestre em História- UFRRJ e atualmente é doutoranda, em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: naratinoco3@gmail.com.

avô de Francisco Godinho, mas conforme o processo de cruzamento de dados entre os historiadores Arno Wehling, Maria José Wehling e Álvaro Antunes, em conjunto com as documentações do Conselho Ultramarino e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, tornou-se possível o mapeamento de algumas questões que visam um maior entendimento sobre as elites luso-americanas.

Os Guerra Leal:

Um capitão, um ouvidor e desembargador, e um advogado foram os primeiros componentes dos Guerra Leal que se estabeleceram nas Minas Gerais, durante o início da segunda metade do século XVIII. Sabemos que o Dr. Manuel da Guerra Leal Sousa e Castro, promissor advogado, em Mariana, e o seu irmão, o Dr. Francisco da Guerra Leal e Araújo, se instituíram em regiões próximas na capitania, ficando o Dr. Sousa e Castro na comarca de Vila Rica, realizando trabalhos particulares, e o Dr. Guerra Leal e Araújo na comarca do Serro Frio, devido à sua nomeação como ouvidor da região. Ambos, o Dr. Manuel e o Dr. Francisco da Guerra Leal, estabeleceram-se em duas partes diferentes na conquista do Brasil, pois, um se fixou na Capitania de Minas Gerais e constituiu família, enquanto, o Dr. Francisco continuou a progressão de sua carreira sendo nomeado, mais tarde, como desembargador da Relação do Rio de Janeiro e da Relação do Porto. A vida do Capitão Manuel da Guerra Leal, pai destes bacharéis, para a Colônia, ocorre apenas duas décadas depois da vinda de seus filhos para o território, em 1776. São três indivíduos que demonstram várias relações sociais e processos, no âmbito local (as comarcas de Vila Rica e do Serro Frio), como intermediárias na colônia (o Tribunal da Relação) e no Reino (Relação do Porto). Neste tópico, descreveremos mais os espaços ocupados por Manuel da Guerra Leal Sousa e Castro, pai de Francisco da Sousa Guerra Araújo Godinho, mas também faremos algumas considerações sobre Francisco da Guerra Leal e Araújo e o capitão Manuel da Guerra Leal.

Possuímos poucos dados sobre o capitão Manuel da Guerra Leal, avô de Francisco Godinho, mas conforme o processo de cruzamento de dados entre os historiadores Arno Wehling, Maria José Wehling e Álvaro Antunes, em conjunto com as documentações do Conselho Ultramarino e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, tornou-se possível o

mapeamento de algumas ações e questões relevantes¹. Pra estabelecer a complementação de algumas informações, a todo momento realizaremos uma análise sobre o processo de Leitura de Bacharel de Francisco Godinho, que certificava o ingresso e uma provável nomeação nas fileiras da magistratura, uma vez que, além do processo técnico sobre a experiência no Direito, eram levantadas apreciações essenciais sobre os familiares mais próximos².

Não podemos nos esquecer do trabalho clássico de Arno e Maria José Wehling, que forneceu as primeiras informações coletadas sobre os Guerra Leal e que acabou trazendo algumas questões pertinentes para a nossa dissertação (WEHLING; WEHLING, 2004, p.304-305). Primeiro, o processo de envio sistemático de bacharéis e magistrados pela Coroa à capitania mineira era uma forma de controle e sistematização dos âmbitos fiscais, políticos e até militares, dada a fama costumeira dos mineiros e o alto índice de violência. Segundo, além dos Wehling, Antunes também afirma que, muitas das vezes, devido à situação de expansão da colônia, vinham os magistrados e bacharéis acompanhados de seus familiares, que interagiam direta e indiretamente na localidade de nomeação, constituindo-se em um processo de imigração. Não é somente a bibliografia de referência que estamos expondo, o envio sistemático de oficiais para conter e controlar a região das Minas e o fato de que eles se adaptaram e construíram laços clientelares na capitania de Minas é comprovado atualmente por vários historiadores (ALMEIDA, 2010); (ATHALLAH, 2010); (SILVEIRA, 1996), (SOUZA, 2012). E o mais importante: ao cruzar as informações, surgiu a dúvida se veio acompanhado o Capitão Manuel da Guerra Leal, para a região do Furquim, em Mariana, de sua esposa a Dona Tereza de Araújo.

Retomando nossas indagações: os historiadores supõem que o avô paterno de Francisco, o capitão Manoel da Guerra Leal, provavelmente mudou para Mariana após a morte da esposa, porém, as inquirições da Leitura de Bacharel demonstram o contrário, que os interrogados, na

¹ Devido a quantidade de autores e fontes documentais sobre o assunto como nota explicativa. Cf. Álvaro de Araújo. *Fiat Justitia: os advogados e a prática da Justiça em Minas Gerais*. Tese. (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 2005; ANTUNES, Álvaro de Araújo “Os nomes da justiça: os letrados no exercício jurídico de Minas Gerais no século XVIII”. *Oficina da Inconfidência (Ouro Preto)*, v. 5, p. 33-61, 2009; WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. Direito e justiça no Brasil colonial. *O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004; AHU. Avulsos de Minas Gerais. Ant. 1752. CU_11. Cx. 57, Doc. 24; AHU. Avulsos de Minas Gerais. Ant. 1782. CU_11. Cx. 118, Doc. 86; ANTT, *Desembargo do Paço, Leitura de bacharéis*, Letra F, mç. 17, n.º 9.

²Para saber mais sobre o processo denominado por Leitura de Bacharel e sua importância para a História Social do Direito e das Instituições, ver: CAMARINHAS, Nuno. *Juízes e administração da justiça no Antigo Regime: Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010; SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. *O Desembargo do Paço: 1750-1833*. Lisboa: UAL, 1996.

maioria, conheciam todos os parentes de Godinho. No processo de coleta das informações de genere, alguns contemporâneos e pessoas da colônia residentes no Reino foram perguntadas sobre a vida do candidato, e percebemos uma grande inconstância na decisão e nas falas das testemunhas. A cada hora, as frases e respostas, quanto ao fato de conhecerem Dona Tereza de Araújo e Souza, eram contraditórias, alguns falaram que conheceram todos os parentes maternos e paternos, outros disseram que os familiares paternos moravam em outra freguesia, portanto, não houve uma maioria absoluta nas informações. Mesmo assim, o desembargador responsável pela sindicância aceita a fala das testemunhas quanto à idoneidade familiar e da vida pessoal pregressa de Francisco de Sousa Guerra Araújo Godinho, em 1784³.

Arno Wehling, Maria José Wehling e Álvaro Antunes expõem os nomes, a localidade original dos Guerra Leal e que o capitão Manuel da Guerra Leal era militar de patente, mas não entram em consenso sobre o processo de fixação, em Minas Gerais, pela parte do capitão, como o trecho a seguir descreve:

“Nascido na freguesia de São João Batista da Vila do Conde, arcebispado de Braga, o Dr. Manoel da Guerra Leal de Souza e Castro, o sexto advogado membro do grupo analisado, também contou com parentes em Minas Gerais, embora seus pais fossem de Portugal. O capitão Manoel Guerra Leal era natural de N. Senhora da Purificação, Bispado do Lamego, e de Tereza de Araújo e Souza, da Vila do Conde. Consta que viviam de suas fazendas. Em 1776, possivelmente após a morte de D. Tereza, o capitão Guerra Leal migrou para a América Portuguesa, indo morar na freguesia de Furquim, do bispado de Mariana. Assim, Manoel Guerra Leal de Souza e Castro contaria com o auxílio e presença do pai e também de seu irmão, o qual, na mesma época, ocupava o cargo de ouvidor na comarca do Serro Frio” (ANTUNES, 2005).

E ou:

“O avô paterno, Manuel da Guerra Leal, era Capitão das Ordenanças. Seu pai ou avô, em 1750, requereu nomeação para o cargo de curador dos órfãos de Mariana, e em 1782 teve os bens comprados pelo Sargento-Mor João da Silva Brandão, que era seu administrador e caixa” (WEHLING; WEHLING, p. 304)

O segundo trecho, que se refere à descrição do capitão Guerra Leal pelos historiadores Arno e Maria José Wehling, nos descreve outra situação, a falta de confirmação se é o Dr. Manuel Sousa e Castro ou o capitão que requerem a curadoria dos órfãos, em Mariana. Sendo que o documento referenciado pelos historiadores apresenta um estado de degradação e

³ Neste artigo estamos usando as informações “brutas” inferidas pela Leitura de Bacharel, não cabendo uma análise profunda sobre esta documentação, que estará presente no capítulo referente à trajetória de Francisco Godinho. Cf. ANTT, *Desembargo do Paço, Leitura de bacharéis*, Letra F, mc. 17, n.º 9.

manchas em sua superfície, mas nada que diminua a compreensão sobre os dados. Portanto, conforme o trabalho de cruzamento de fontes e datas, assim como consta nesta partícula, “O Bacharel Manuel da Guerra Leal” (AHU, Ant.1752, Cx. 57, Doc. 24), junto com as datas do seu casamento com Dona Margarida Jesus Maria e o registro batismal de Francisco Godinho, percebemos que esta fonte não pode se referir ao capitão Guerra Leal e sim seu filho (AEAM, Processos Matrimoniais, Armário 06, Pasta 66); (AEAM, Registros de Batismo, Prateleira O, Livro10). A segunda fonte, datada do ano de 1782, se refere ao capitão Manuel da Guerra Leal, tratando-o pela patente de capitão, e descreve seus bens situados na região do Furquim, e quem os comprou, pela importância de mil e quinhentos (1500) cruzados.

“Diz o Sargento-Mor João da Silva Brandão como administrador caixa dos bens do falecido Cap. Manoel da Guerra Leal, da freguesia do Furquim, Termo da Cidade de Mariana que o Tenente Manoel Lopes Vilas Boas, comprou a fazenda que ficou do falecido Guerra, pela importância de 1500 cruzados, a pagamento de cuja quantia passou uma obrigação, tão somente por ele assinada, e como falarão do dito comprador precisa prová-lo por Direito Comum, com testemunhas” (AHU, Ant.1782, Cx. 118, Doc. 86).

Considerando estas duas fontes, percebemos que o Dr. Manoel da Guerra Leal Sousa e Castro já estava na capitania desde os anos de 1750, provavelmente foi o primeiro dos Guerra Leal que imigrou para Minas Gerais. Sabemos destas situações porque os documentos sobre Francisco da Guerra Leal e Araújo são de 1760 e o mesmo batiza, como padrinho, um dos filhos do Dr. Souza e Castro por procuração, em 1765⁴. Desta forma, percebemos que a articulação local, em Mariana, se deu pelas ações de Sousa e Castro, que acabaram por influenciar o pai e o irmão ante as vantagens que estavam se delineando nas Minas Gerais, mesmo que os primeiros sinais de esgotamento do ouro ocorressem, para as questões de justiça estas nunca acabaram.

A trajetória de Francisco da Guerra Leal e Araújo, diferente de seu irmão, perdurou apenas aproximadamente de 10 a 15 anos, desde os registros como ouvidor e depois desembargador intendente dos diamantes, pois a comarca do Serro abrangia o Distrito Diamantino e suas rendas, era posto vantajoso e vinha acompanhado de progressões futuras

⁴ Agradecemos a colaboração do Prof. Álvaro Antunes (UFOP) por ceder os dados concernente aos acentos de batismo de Francisco Godinho e seus Irmãos, pois, infelizmente não conseguimos acesso ao Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. É a partir destes assentos que retiramos algumas de nossas análises, conforme: AEAM- *Registros de Batismo*, Prateleira O, Livro10.

sempre bem vistas para os magistrados. Visualizamos a questão a partir das fontes e da bibliografia, que aborda as vantagens de ser magistrado nas Minas Gerais e as promessas de promoções futuras para aqueles que se dispndiam a tal fato. Contudo, vemos duas ocorrências principais sobre a figura do Dr. Francisco da Guerra Leal e Araújo: seus bons trabalhos como ouvidor foram atestados pela comunidade e ele se tornou, no ano de 1773, desembargador intendente dos Diamantes, posição que controlava as despesas e receitas da Intendência dos Diamantes, como é destacado pela última fonte em solo mineiro sobre sua pessoa (AHU,1768, Cx. 87, Doc. 53); (AHU,1773, Cx. 105, Doc. 63). Ou seja, Guerra Leal e Araújo conseguiu estender seu tempo na comarca e assegurou sua nomeação para o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, em 1773. Terminando sua estadia na colônia, anos depois, possivelmente embarcou com seu sobrinho Francisco de Sousa Guerra Araújo Godinho para que este iniciasse seus estudos na Universidade de Coimbra, compreendendo como as relações de solidariedades parentais influenciavam na sociedade de Antigo Regime⁵.

Quanto ao Dr. Manuel Sousa e Castro, inclusive o sobrenome Castro ainda não chegamos a uma conclusão o porquê de ter tomado este sobrenome ou de onde veio esta ramificação, pois não foi o intuito da pesquisa levantar ainda mais as outras gerações pregressas. Sabemos apenas que o nome vem da junção dos sobrenomes do capitão Guerra Leal e Dona Tereza de Araújo e Sousa. Outro parêntese, a partícula Sousa está presente apenas na obra de Álvaro Antunes, que se utilizou dos arquivos locais de Mariana e Ouro Preto (ANTUNES, 2009, p. 43-44). Na obra de Genealogia da Zona do Carmo, o Sousa é suprimido ou não consta nos registros do Cônego R. Trindade, donde retiramos as primeiras informações sobre os Guerra Leal⁶. Responder as lacunas e pequenos assuntos é de suma importância para compreendermos o estabelecimento dos Guerra Leal e as condições que os levaram à posição de prestígio que possuíram na sociedade mineira colonial. Compreender que o Dr. Sousa e Castro obteve três

⁵ A historiadora Isabele de Mattos descreveu e confirmou que Francisco da Guerra Leal e Araújo compôs as fileiras da Relação do Rio de Janeiro, entre os anos de 1773 e 1778. Também, conforme o esforço de pesquisa se empregou, achamos as certidões de gênero dos filhos do Dr. Guerra Leal e Araújo, na região do Braga, em Portugal. Cf. ADB. *Certidões de Genere*. (1790-1822); MELLO, Isabele de Matos Pereira. *Poder, Administração e Justiça: os ouvidores gerais no Rio de Janeiro (1624-1696)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

⁶TRINDADE, Cônego R. *Genealogias da Zona do Carmo*. Minas Gerais (Ponte Nova): Estabelecimento Gráfico "Gutenberg" Irmãos Penna & C, 1943. Disponível em: <http://www.arvore.net.br/trindade/>.

vereações⁷, em Mariana, além da sua reconhecida atividade usuária como se demonstra no seu testamento datado de 1788(ACSM, 1º Ofício, Códice 59, Auto 1302)⁸, faz parte desse processo.

É no inventário de Manuel Sousa e Castro que vamos nos debruçar, seu casamento com Dona Margarida Jesus Maria, pois outras abordagens, como, por exemplo, o uso das leituras e materiais pertinentes ao ofício de advogado, já foram feitas por Antunes⁹. No seu inventário de 134 laudas, chama atenção a atividade pecuniária do mesmo: mais de 10 laudas eram de devedores de quase todas as partes da região e da capitania. Eram tantas pessoas(devedores), que o trabalho de transcrição se tornaria exaustivo, se fôssemos levantar e pesquisar cada sujeito; iríamos levar a pesquisa a outros rumos e complementar-se-iam os estudos de rede. Sabia-se que a usura e o crédito a juros eram condenados pela Igreja Católica, mas devido à pouca circulação de meios metálicos, moedas, o empréstimo era necessário à condução das ações básicas do cotidiano, fortalecendo as relações clientelares, atrelando o devedor ao seu credor em uma relação de favores, ritualizando ainda mais esta sociedade de Antigo Regime.

Outra questão a se salientar são os três registros de batismo de seus filhos com Dona Margarida de Jesus Maria, que felizmente compreende os de Francisco de Sousa Guerra Araújo Godinho, Manuel da Guerra de Sousa e Castro Godinho e Joaquim Mariano de Sousa Guerra Araújo Godinho, com seus padrinhos e madrinhas. Esses documentos apresentam as relações sociais e o grupo de indivíduos que o Dr. Manuel Sousa e Castro se aliou em vida, compondo, na tomada de relações, outros célebres advogados de Mariana, como também os estudos de Álvaro Antunes demonstram na composição dos laços de solidariedades e conflitos entre estes mesmos advogados¹⁰. Nossa pesquisa levantou as interações de vida e obra de Francisco de Sousa Guerra Araújo Godinho, portanto, seus padrinhos também revelam dados e condições que impactaram no futuro. No caso, seus padrinhos foram o Dr. Manoel Brás Ferreira, advogado e compadre do Dr. Sousa e Castro, e Dona Tereza Maria Jesus, irmã de Dona Margarida, casada com o capitão e cirurgião José de São Boaventura Vieira, ou seja, aliou-se o apadrinhamento

⁷ O Dr. Manuel Sousa e Castro, segundo a ata da câmara de Mariana, foi três vezes vereador e, durante uma das vereações, foi ao mesmo tempo vereador e juiz ordinário, entre os anos de 1766-1767; e 1778 até sua morte Cf. CHAVES, Claudia Maria das Graças; MAGALHÃES, Sonia Maria de; PIRES, Maria do Carmo. (orgs).*Casa de Vereação de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

⁸ACSM – 1º Ofício, Códice 59, Auto 1302. Disponível em: <http://www.lampeh.ufv.br/acervosmg/>. Acesso em: 08 de Novembro de 2016.

⁹ ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Fiat Justitia: os advogados e a prática da Justiça em Minas Gerais*. Tese. (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 2005, p. 43-60.

¹⁰*Idem*, p. 60-80.

espiritual de seu filho e a parcela de proteção social a determinados sujeitos. Enfatizamos a figura de Dona Tereza Maria de Jesus, pois já foram descritas por Álvaro Antunes as relações de amizade com o advogado Manoel Ferreira, inclusive de que ambos foram padrinhos de seus filhos e D. Margarida também foi madrinha de um dos filhos do Dr. Ferreira. Portanto, descrevemos as relações firmadas com a irmã de D. Margarida devido à proeminência de seus filhos no cotidiano da vida da família do Dr. Sousa e Castro, pois três dos filhos de Dona Tereza Maria e Boaventura Vieira conviveram e tiveram relações próximas, por exemplo, o vigário Manuel Vieira Godinho foi tutor dos filhos menores de seu tio, no ato de seu falecimento, no ano de 1788. Além disto, o desembargador José Joaquim Morais Vieira Godinho e João Batista Morais Vieira Godinho, ambos, um magistrado criador da cadeira de Direito Pátrio, em Coimbra, o outro brigadeiro e marechal de campo, tiveram relações fundamentais na trajetória de Francisco de Sousa Guerra Araújo Godinho. Talvez o apadrinhamento de Francisco Godinho refletiu e consolidou as relações parentais, comerciais e sociais entre estes dois ramos de indivíduos oriundos de Gabriel Fernandes Aleixo. Os filhos de Dona Tereza, a todo o momento, em nossas fontes, descreviam relações de solidariedades e proteções que se projetavam em relações comerciais e ilegais, segundo a ótica de suas posições, como o ato denúncia contra Francisco Godinho e Paulo Fernandes Viana descreveu, entre os anos de 1795 e 1799¹¹.

Conforme as últimas considerações do testamento do Dr. Manoel Sousa e Castro, apresentam o monte-mor do falecido de onze contos de réis (11:519\$988), repartidos entre a meação e o valor correspondente entre os herdeiros. Nos inventários de época¹², dividia-se o valor entre os cônjuges, e do valor competente ao falecido retirava-se a meação correspondente ao pagamento das despesas mortuárias, dívidas que percentualmente ocorressem, fato contrário à situação do Dr. Manuel da Guerra Leal Sousa e Castro, pois lhe deviam de forma extensa, não acarretando espoliação a seu monte-mor, ficando a divisão exposta pelos louvados, indivíduos de confiança da família, que demonstram também as relações de amizade, clientelares e de servidão que a situação da morte imbuía nas obrigações sociais. Coube à viúva, Dona Margarida de Jesus Maria, o valor aproximado de 6 contos de réis (5:759\$994), ficando o outro montante, de setecentos e cinquenta e nove mil réis (759\$999), para os herdeiros do falecido, delegados a

¹¹Cf. AHU. *Avulsos de Minas Gerais*.1793. CU_011, Cx. 138, D. 05; *Avulsos de Minas Gerais*.1797. CU_011, Cx. 143, D. 11; AHU. *Avulsos de Minas Gerais*.1797. CU_011, Cx. 143, D. 12; AHU; AHU. *Avulsos de Minas Gerais*. 1798. CU_011, Cx. 144, D. 15; AHU. *Avulsos de Minas Gerais*. 1798. CU_011, Cx. 144, D. 28.

¹²FRAGOSO, João. “Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio”. *História (São Paulo)* v.31, n.2, p. 106-145, jul/dez 2012.

partir do monte-mor. Era uma quantia expressiva para a época, após a divisão dos bens do casal e findas as despesas gerais entre louvados e escrivão. Entre os filhos do casal, ainda ficaram alguns deles menores, como o coronel Gabriel de Sousa Guerra e Araújo Godinho, com treze anos na época, vindo a falecer de causas desconhecidas no ano de 1805¹³. As duas últimas laudas demonstram o Dr. Francisco de Sousa Guerra Araújo Godinho, vindo do Reino, a requerer a parte competente de sua herança, naquele momento, estávamos nos anos de 1790, “e em casas de morada da família”¹⁴, o suplicante justificava a retirada do valor devido à sua longa permanência fora da região. Após o lavramento do pedido e a retirada do valor, encerrou-se o inventário, não tendo conflitos com o juizado de órfãos e ausentes, conforme apresenta o tutor delegado a Gabriel Araújo Godinho¹⁵.

Referências documentais:

- ACSM – 1º Ofício, Códice 59, Auto 1302.
- ADB. *Certidões de Genere*. (1790-1822)
- AEAM- *Registros de Batismo*, Prateleira O, Livro 10.
- AHU. *Avulsos de Minas Gerais*. Ant. 1752. CU_11. Cx. 57, Doc. 24
- AHU. *Avulsos de Minas Gerais*. Ant. 1752. CU_11. Cx. 57, Doc. 24
- AHU. *Avulsos de Minas Gerais*. 1768. CU_11. Cx. 87, Doc. 53
- AHU. *Avulsos de Minas Gerais*. Ant. 1782. CU_11. Cx. 118, Doc. 86
- AHU. *Avulsos de Minas Gerais*. 1773. CU_11. Cx. 105, Doc. 63
- AHU. *Avulsos de Minas Gerais*. 1793. CU_011, Cx. 138, D. 05
- AHU. *Avulsos de Minas Gerais*. 1797. CU_011, Cx. 143, D. 11
- AHU. *Avulsos de Minas Gerais*. 1797. CU_011, Cx. 143, D. 12
- AHU. *Avulsos de Minas Gerais*. 1798. CU_011, Cx. 144, D. 15
- AHU. *Avulsos de Minas Gerais*. 1798. CU_011, Cx. 144, D. 28.
- ANTT, *Desembargo do Paço, Leitura de bacharéis*, Letra F, mç. 17, n.º 9.

Referências bibliográficas:

¹³ AHU. *Avulsos de Minas Gerais*. 1806. CU_011. Cx. 179, D. 37.

¹⁴ ACSM – 1º Ofício, Códice 59, Auto 1302.

¹⁵ Cf. AHU. *Avulsos de Minas Gerais*. 1797. CU_011, Cx. 143, D. 12.

ALMEIDA, Carla Maria C. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010

ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Fiat Justitia: os advogados e a prática da Justiça em Minas Gerais*. Tese. (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 2005.

_____. “Os nomes da justiça: os letrados no exercício jurídico de Minas Gerais no século XVIII”. *Oficina da Inconfidência (Ouro Preto)*, v. 5, p. 33-61, 2009

ATALLAH, Claudia Cristina Azeredo. *Da justiça em nome d`El Rey: ouvidores e inconfidência na Capitania de Minas Gerais (Sabará 1720-1777)*. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF, 2010.

CAMARINHAS, Nuno. *Juízes e administração da justiça no Antigo Regime: Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbernian, 2010

CHAVES, Claudia Maria das Graças; MAGALHÃES, Sonia Maria de; PIRES, Maria do Carmo. (orgs). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

FRAGOSO, João. “Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio”. *História (São Paulo)* v.31, n.2, p. 106-145, jul/dez 2012.

MELLO, Isabele de Matos Pereira. *Poder, Administração e Justiça: os ouvidores gerais no Rio de Janeiro (1624-1696)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do Indistinto - Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1996

SOUZA, Maria Eliza Campos. *Ouvidores de Comarca na Capitania de Minas Gerais no século XVIII: origens sociais, remuneração de serviços, trajetórias e mobilidade social pelo “Caminho das Letras”*. Tese. (Doutorado em História). Belo Horizonte: UFMG, 2012.

SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. *O Desembargo do Paço: 1750-1833*. Lisboa: UAL, 1996.

TRINDADE, Cônego R. *Genealogias da Zona do Carmo*. Minas Gerais (Ponte Nova): Estabelecimento Gráfico "Gutenberg" Irmãos Penna & C, 1943. Disponível em: <http://www.arvore.net.br/trindade/>.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Direito e justiça no Brasil colonial. O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

